

Cartografias da Arte Afro brasileira: Nos movimentos dos saberes os sentidos dos dizeres, ensinando História da Cultura Afro brasileira

Maria Regina Alves dos Reis- UEPB1

reginareishistoriadora@gmail.com

Dra.Patricia Cristina de Aragão Araujo-UEPB2

cristina-aragao21@hotmail.com

A presente pesquisa pretende despertar para uma discussão a cerca da presença ou não da cultura negra e suas representações na sala de aula. Nossa proposta é a partir de expressões culturais afrobrasileira no campo da arte da capoeira, mostrando a mesma como patrimônio histórico e cultural brasileiro. A capoeira enquanto arte que educa com sensibilidade e historicidade permite que no ambiente da escola, adolescentes praticantes ou não dessa arte, aprendam sobre a história e cultura afrobrasileira, desse modo torna-se possível desmistificar concepções que historicamente contribuíram para a discriminação e depreciação da cultura negra. Os elementos africanos da capoeira são evidentes, os instrumentos musicais, tambor e berimbau, a formação em roda, a ginga, os ritmos, os passos da dança, entre outros elementos característicos da cultura africana. A partir dos aportes da capoeira consideramos importante discutir sobre a mesma enquanto memória e cultura brasileira.

Palavras-chave: Capoeira. Juventude. Cultura Afrobrasileira.

Introdução

O processo histórico educacional legitimou por meio de símbolos, imagens, estereótipos que serviram de justificativa para a depreciação dos escravizados e de seus descendentes. O livro didático repleto de imagens de instrumentos de tortura, pelourinho, sua religião, danças entre outros elementos próprios da cultura africana ajudaram a forjar o imaginário sobre nossa ancestralidade negra e africana. Consideramos um desafio de desconstruir preconceitos

¹ Graduanda em história pela UEPB e pesquisadora do PROPESQ
reginareishistoriadora@gmail.com

² Doutora em Educação e professora da UEPB
cristina-aragao21@hotmail.com

e estereótipos que nos foram transmitidos por uma educação racista, elitista e excludente, que todas nós, pessoas que educam, certamente, recebemos, de maneira tão subliminar, às vezes, que são quase imperceptíveis. Essa é uma questão que influencia definitivamente nosso modo brasileiro de ser e de estar no mundo, no modo como enxergamos o outro, o diferente.

Essa visão causou grandes impactos na construção da identidade e subjetividade não só dos negros, como também nos brancos que buscaram apagar da nossa história, todo e qualquer elemento que lembrasse a origem africana, surgindo à idéia de branqueamento. As populações africanas e afro-descendentes foram submetidas a um longo processo de silenciamento. As referências à História e às culturas desses grupos eram quase inexistentes nos currículos escolares. Quando ocorriam, falava-se muito rapidamente sobre “os negros”, na qualidade de escravos, ou seja, estavam as margens da sociedade.

A escolha da capoeira enquanto objeto de reflexão, parte do interesse pelas manifestações próprias da cultura Afro-Brasileira, terreno de sabedoria e arte. Nesse sentido pisamos em um terreno fértil que nos permite dialogar com os diversos saberes do conhecimento. O universo da capoeira esta configurado hoje em um contexto diferente do passado. O dinamismo da sociedade permite outro olhar que recria ressignifica essa prática cultural.

Trazer o debate sobre a capoeira para a sala de aula é da visibilidade de forma didática a cultura afro brasileira para dar enfoque e despertar o respeito ao outro, e refletir de que maneira tem sido construída ao longo do processo histórico a identidade do povo Brasileiro.

A CAPOEIRA E UM BREVE HISTÓRICO

A capoeira surge no Brasil no contexto da dispersão dos povos africanos, onde os negros eram trazidos em condições subumanas da África nos navios negreiros e chegando aqui no Brasil eram submetidos ao trabalho forçado. Sendo assim, a capoeira se constituiu como um instrumento dos negros escravizados resistirem aos maus tratos presentes no cotidiano colonial. A prática desta luta sobreviveu a processos de criminalização até ser totalmente proibida no final do século XIX pelo Código Penal de 1890, que julgava a capoeira como uma manifestação que deveria ser extinta da sociedade da época.

Algumas manifestações literárias mostram que a Capoeira pode ter origem em diversos movimentos de dança oriunda da África. As origens da Capoeira: misturam de danças, lutas e

instrumentos musicais de diferentes culturas, de diferentes nações africanas. Na escravidão a Capoeira era uma fonte de luta disfarçada em dança para camuflar, já que a sua prática era extremamente proibida. Onde diziam que os capoeiristas presos em flagrantes estavam sujeitos a penas de dois a seis meses de prisão e os reincidentes seriam submetidos a chibatadas e poderiam ser enviados a ilhas isoladas, onde permaneceriam durante três meses submetidos a trabalho forçado.

A Capoeira era usada pelos escravos como forma de defesa contra os senhores de engenho, policiais violentos, ou até para acertar diferenças e marcar hierarquia dentro da própria comunidade. Após a abolição da escravatura em 1888, tem-se início a marginalidade, onde os ex-escravos ou negros foram excluídos da sociedade, se aglomerando nos cortiços. Esses lugares representavam o centro da marginalidade, por isso os negros eram reprimidos constantemente através de abusos e perseguições dos policiais.

A prática da capoeira no cenário escravista e no pós abolição era considerada uma atividade marginal, freqüentemente associada à criminalidade. Mas foi a partir dos anos de 1930, que o poder público começou a atentar mais aos praticantes da capoeira, de uma forma menos discriminatória colaborando para seu processo de descriminalização.

A Capoeira era então, mais do que nunca, rejeitada pela sociedade e vista como coisa de negro, de vadio ou malandro. Foi a partir dos anos de 1930, que o poder público começou a atentar mais aos praticantes da capoeira, de uma forma menos discriminatória colaborando para seu processo de descriminalização. O então presidente Getúlio Vargas, retirou a Capoeira do Código Penal, mas com interesse político. A Capoeira é legalizada, mas exigiram que ela fosse praticada em ambiente fechado como forma de controle desta manifestação. Surge aí o período das academias, onde a Capoeira sai das ruas e da marginalidade e começa a ser praticada e ensinada em recinto fechado. Isso por que após Getúlio Vargas ter extinguido a Capoeira do código penal em 1934, concomitantemente ele obrigou que tanto os cultos quanto à Capoeira fossem realizados fora das ruas, criando assim também, uma forma de controlar estas manifestações advindas da cultura negra. (PAIVA, 2007)

No Brasil, a partir de 1930, essa manifestação cultural nos mostra dois tipos: a Angola e a Regional. A Capoeira angola era a praticada pelos escravos, porém com algumas significações, estas apresentadas com a inserção de instrumentos como o berimbau, o pandeiro, o agogô, atabaque, música na roda de Capoeira e o uso de vestimentas apropriadas

para sua prática. Teve como principal personagem o saudoso mestre Pastinha e apresenta algumas diferenças da Capoeira regional. O jogo é mais lento e baixo, os praticantes brincam, dançam com verdadeira mandinga e não utilizam a violência. Tem por características a tradição dos mestres da antiga e as músicas mais lentas. Já a Capoeira regional, criada na década de 1930 apresenta outras características como a incorporação de golpes de outras lutas, a movimentação rápida, a formação de um método pedagógico de seqüências de golpes, ataque e defesa, a música mais rápida.

A capoeira no contexto escolar

A escola enquanto lugar de produção de interações e de aceitação da diversidade deve mobilizar estratégias discursivas para resignificar os saberes silenciados e reformar as práticas que desprezam o passado de um grupo social que contribuiu para a formação da sociedade brasileira. Nesse sentido os saberes dos africanos e de seus descendentes que foram utilizados por meio de discursos que serviram para alimentar o imaginário social, produzir silêncios e legitimar certos sentidos, devem agora contribuir para desconstruir esse imaginário negativo que se fomentou historicamente. Como enfatiza

Nesse sentido se torna necessário que professores e professoras compreendam que essa questão tem urgência de se consolidar, para dar visibilidade os diversos saberes e fazeres dos afro descendentes ,pois termos uma lei que institui a obrigatoriedade do ensino de história da África e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, no entanto isso encontra grandes dificuldades de se concretizar.

Compreendemos que os preconceitos, os racismos e as discriminações que os negros e às negras, sofrem devem ser suplantados pelo enfoque que nos educadores em geral daremos as africanidades brasileira, de modo que contribuam ao longo de um processo para a valorização e o respeito à nossa herança africana. Sobre a etnicidade FONSECA enfatiza que:

Muitos dos traços que continuam a legitimar preconceitos existentes na sociedade Brasileira ligados a cor da pele, as feições do rosto ,ao tipo de cabelo e a uma gama infindável de elementos que qualificam ou desmerecem o individuo ,tem seu processo configurado pela mercantilização da escravidão, que transforma o africano em coisa, objeto de escambo ou troca monetária. (FONSECA,2000,P.92)

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) estabelece, no artigo 215, no 1º parágrafo, que o “Estado protegerá as manifestações culturais populares indígenas e afro-brasileiras e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Além disso,

o artigo 216 reza que: constitui patrimônio cultural brasileiro os bens da natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

Nas últimas décadas do século XX, a concepção de patrimônio se ampliou. A definição não se limita apenas aos sítios arqueológicos, obras de arte, monumentos, entre outros vestígios materiais. Vale expor que o conceito de patrimônio e as ações em sua defesa são construções sociais. A proteção do patrimônio local tem sido incentivada para possibilitar a conservação das raízes plurais dos povos e suas tradições.

Em 2008, a capoeira foi decretada patrimônio cultural brasileiro. SOUZA enfatiza que:

Hoje a capoeira é uma luta dançada, na qual dois antagonistas dão golpes de pernas e cabeças, usando as mãos como apoio, saltando para um lado e outro, mostrando grande habilidade e força física. É uma das manifestações da cultura afro-brasileira mais difundidas entre todas as classes sociais e também no exterior, onde disputa com o samba e o carnaval o lugar de símbolo do Brasil. Cerca de 10 milhões de pessoas, em 150 países praticam a capoeira, cujo ensino se tornou ganha-pão de muitos brasileiros que moram fora. Existem projetos para que sejam ensinadas nas escolas, e de que a dança e seus ensinamentos se tornem um instrumento de inclusão social. (SOUZA, 2006, p.131)

Os elementos africanos da capoeira são evidentes, os instrumentos musicais, tambor e berimbau, a formação em roda, a ginga, os ritmos, os passos da dança, entre outros elementos característicos da cultura africana.

O patrimônio imaterial se constitui em uma recente categorização de bens culturais caracterizada segundo a UNESCO (2003) como:

(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e Grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história,

gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (MORAIS, 2007 apud, UNESCO, 2003)

Nesse sentido, é preciso repensar o ensino de História, a fim de dar maior visibilidade à participação e à contribuição das populações negras no processo de formação da sociedade Brasileira dando ênfase as suas manifestações culturais. Isso possibilitará aos alunos o conhecimento da história dos africanos e de seus descendentes no Brasil.

Devemos considerar que o estudo da capoeira está inserido na legitimação da lei 10.639/08 que institui o ensino obrigatório da cultura e história afro-brasileira nas escolas. Nessa perspectiva a Capoeira deve ser trabalhada na escola de forma a possibilitar a ação-reflexão-ação, para que não se torne uma prática puramente mecânica, desvinculada do seu contexto sociocultural, possuindo assim uma dimensão de interpretação crítico-política, que a torna um componente imprescindível para a capacidade de formular reflexões históricas, contextualizadas com a nossa própria identidade cultural. Esse é o papel da escola que tem uma proposta democrática.

Uma escola democrática é uma escola que aposta na diversidade, mas não só diversidade congelada coloca ali uma estátua do berimbau, ou uma estátua do orixá dentro da escola e falar que isso é diversidade. São esses valores que compõem a força das diferentes culturas, em especial da cultura afro-brasileira, eles devem não só estar presentes, como também assegurar que a sua dinâmica se entrelaça no cotidiano da escola, eles devem estar presentes na culinária, na merenda escolar, eles devem estar presentes naturalmente nas atitudes cotidianas desses jovens na escola. (TAVARES, apud TRINDADE, 2008)

O historiador poder usar como recursos didáticos filmes que tratem da capoeira, a exemplo do filme “Besouro”. A escolha desse filme que também é uma espécie de documentário que se pauta na questão central e cada vez mais necessária, a temática afro-brasileira. Narrado de maneira envolvente (porém muitas vezes envolvente demais!) a vida e morte do grande e renomado capoeirista Manuel Henrique Pereira, cujo codinome “Besouro” foi adotado por se identificar com o inseto que possui a cor negra e consegue voar mesmo tendo asas finas e pequenas comparáveis com seu corpo grande e pesado, fazendo uma alusão ao seu possível dom de “voar” quando praticando a capoeira. A luta de besouro deu resultado em 1937, a capoeira passou a ser tolerada. Em 1953, ela foi totalmente liberada.

O filme traz à tona a questão bastante comentada, contudo constantemente escondida pelo véu do preconceito, referente à identidade afro-brasileira. Passada no Recôncavo baiano a história gira em torno das façanhas de Besouro e sua luta, juntamente com muitos de seus amigos, para conseguir não só transformar a capoeira em uma dança aceitável para todos mais principalmente promover alguma mudança na relação entre “brancos” senhores e negros, mesmo a história se passando em 1924, o passado trazia a tona o julgo e as marcas da escravidão que ainda caíam-lhes sobre os ombros. Essa luta se apresenta no filme sob a ótica da vingança, porém trata-se de uma “vingança justa”, já que o desenrolar da trama mostra sempre a injustiça e a intolerância pelas quais os negros estavam constantemente submetidos.

Embora bastante representativa a participação do movimento negro e de todos aqueles que acreditam e fomentam discussões a cerca da importância de uma educação anti-racista, essa questão não pode se restringir aos negros e aos que simpatizam com causa, pois a superação do racismo e da desigualdade racial precisa fazer parte da luta pela construção da cidadania e da democracia para que possamos construir uma sociedade demais justa e igualitária. Esse é o objetivo da lei 10.639/2003. É preciso que o educador fique atento para não fazer uma interpretação equivocada da lei e fazer ações desconectas que acabem por folclorizar a discussão sobre a questão racial. Não se pode chamar um grupo de capoeira para se apresentar na escola sem nenhuma discussão sobre as práticas culturais, afro Brasileira.

Nesse sentido é preciso refletirmos a cerca da diversidade cultural que se configura no contexto escolar considerando que para que possamos ter uma sociedade democrática ,precisamos formar cidadãos críticos e para isso não podemos ignorar os encontros de culturas que se dão no espaço escolar.

Em qualquer sociedade, a construção da diversidade assume contornos diferentes de acordo com o processo histórico, relação de poder, imaginários, práticas de exclusão e inclusão que incidem sobre os diferentes sujeitos e grupos. Nesse sentido, é preciso compreender os processos históricos e culturais singulares vividos por esses grupos no contexto das desigualdades e como esses nem sempre são considerados lutam pela construção da democracia. (GOMES, 70, 2008)

È nessa perspectiva que os movimentos sociais buscam ampliar a noção de democracia, afim de que ela insira a diversidade, pois é pensando o direito de ser diferente que a proposta

democrática se aproximará das vivências dos diferentes sujeitos sociais e de sua luta pela igualdade social.

È de grande importância que a escola mesmo que pela força de uma lei, traga para si o comprometimento de uma discussão que esteve fora do debate da sala de aula, silenciando a história e cultura afro brasileira durante muito tempo. A ausência dessa discussão causou sérias conseqüências, pois contribuiu para que se construíssem uma imagem negativa da sua origem. (ALVAVE, 2005)

È inconcebível que escola brasileira ainda continue disseminando imagens e transmitindo informações que ferem aos princípios da moral, da ética e da cidadania de um determinado grupo social. A partir da exposição de imagens negativas, a escola articula-se com uma formação ideológica que autoriza a produção de certos sentidos e silenciam outros. Dessa forma expõe a cultura negra como uma cultura inferior, sem valor. Esse posicionamento da educação provoca uma separação entre brancos e negros.

A educação anti-racista é pensada como um recurso para melhorar a qualidade do ensino e preparar todos os alunos e alunas para a prática escolar, a educação anti-racista visa à erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamentos diferenciados. Nela, estereótipos e idéias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente, docente, etc.), precisam ser duramente criticados e banidos. É um caminho que conduz à valorização da igualdade nas relações. E, para isso, o olhar crítico é a valorização da igualdade nas relações. Almeja, nesse sentido, possibilitar aos indivíduos pertencentes ao grupo de atingidos pelos preconceitos a reconquista de uma identidade positiva, dotada de amor e orgulho próprios. Nela é permanente o combate aos sentimentos de inferioridade e superioridade, visto que a palavra máxima da educação anti-racista é a igualdade entre os seres humanos (CAVALLEIRO, 2001, p. 149-150).

O principal alvo de uma educação anti-racista é a construção de uma sociedade mais digna e democrática para todos, que reconheça e respeite a diversidade. Nesse sentido, é preciso repensar o ensino de História e os demais saberes do conhecimento que podem contribuir com essa discussão, a fim de dar maior visibilidade à participação e à contribuição das populações negras no processo de formação da sociedade Brasileira dando ênfase as suas

manifestações culturais. Isso possibilitará aos alunos o conhecimento da história dos africanos e de seus descendentes no Brasil.

Desse modo construiremos uma educação anti-racista, que valorize a história e cultura afro-brasileira, na construção, em estudantes negros, de uma identidade “positiva”. É importante destacar que uma educação anti-racista constrói-se a partir da união de toda comunidade escolar, professores, coordenadores pedagógicos, diretores, pais e alunos, todos devem comprometer-se em fazer da escola um espaço de respeito às diferenças e à diversidade. (SANTOS, 2009)

O preconceito racial faz-se presente na escola e precisa ser combatido. Essa instituição deve se desprender dessa lógica de segregação racial tão enraizada em nossa sociedade, que sustenta a desigualdade e o preconceito racial. É necessário que as discussões sobre o racismo e as relações raciais “entrem” na escola, que a história dos negros, suas manifestações culturais e religiosas sejam tratadas com a dignidade que lhes é devida, que crianças e adolescentes, negros ou não, saibam da importância desse povo na formação do nosso país.

O sistema educacional [brasileiro] é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas, constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características, do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. Tampouco na universidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso. O modelo europeu ou norte-americano se repete, e as populações afro-brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso. Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros (SANTOS 2005, apud NASCIMENTO, 1978: 95).

Falar sobre diversidade e diferença exige um posicionamento contra os processos de colonização e dominação que pautam as relações de poder. Para tal, é importante perceber como nos diferentes contextos históricos, políticos sociais e culturais, algumas diferenças foram inferiorizadas e os preconceitos, violência e discriminação, foram naturalizados. Nesse sentido destaco a importância de um pequeno gesto na construção de uma educação anti-racista, a não omissão, a “quebra” do silêncio. Quebrar o silêncio significa não se calar diante de situações de racismo, fazer da escola e da sociedade em geral um lugar de respeito à diversidade racial, social e cultural presente em nosso país.

A valorização da diversidade está implicitamente ligada à composição de estratégias nas quais os grupos humanos e sociais diferentes passaram a destacar politicamente as suas singularidades e identidades, cobrando tratamento justo, com equidade, desmistificando a idéia de inferioridade que paira sobre as diferenças, social e culturalmente construída. Esses grupos questionam as políticas de inclusão, buscando superar a visão assistencialista que recai sobre elas, reivindicando a adoção de políticas afirmativas, objetivando garantir o respeito às diferenças.

Referencias:

ALGAVE, Valeria Aparecida. Cultura Negra na sala de aula: Pode um cantinho de Africanidades elevar a auto-estima de crianças negras e melhorar o relacionamento de crianças negras e brancas? São Carlos: UFSCar, 2005

CAVALLEIRO, Eliane (org). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Visibilidade e ocultação da diferença. Livro: Brasil Afro-Brasileiro. Org. Maria Nazareth Soares Fonseca. Ed. Autentica. Belo Horizonte. 2000

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola :Desafios colocados pela implementação da lei 10.639/2003.Petrópolis ,RJ:Vozes ,2008

SANTOS, Diana Viturino. Educação anti-racista: caminho para a formação identitária de estudantes negros. Seminário de estudos culturais, identidades e relações interétnicas universidade federal de Sergipe são Cristóvão. 2009

SOUZA, Marina de Melo e. África e Brasil Africano. Ed. Ática. São Paulo, 2006

TRINDADE, Azoilda Loretto Da. Documentário: Africanidade Brasileira e educação. 2008

MATTOS, Regiane Augusto de. *Historia e cultura afro-brasileira*. 1ed. São Paulo. Contexto, 2009

MORAIS, Bruno Leonardo Gomes. *Patrimônio imaterial: uma via para a crise ecológica através da animação cultural*. Rio de Janeiro, 2007

PAIVA, Ilnete Porpino de. *A capoeira e os Mestres*. Natal, RN. 2007

SANTOS, Sales Augusto dos. *A lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03 /secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade*. Brasília: 2005.